



Informativo da

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Brasília, 1 a 7 de abril de 2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Comissão de Trabalho realiza audiência pública para discutir denúncias de fraude no seguro-desemprego

A CTASP promoveu no dia 24 de março audiência pública para discutir as denúncias de fraude no seguro-desemprego. O presidente da Comissão, deputado Benjamin Maranhão (SD/PB) requereu a audiência após denúncias feitas inicialmente no programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, no dia 8 de fevereiro de 2015.

O Coordenador-Geral de Seguro Desemprego do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Márcio Borges, explicou que desde 2010/2011 o processamento do seguro é automatizado, ressaltando que a empresa responsável pelos pagamentos dos benefícios é a Dataprev. Em 2014, foram pagos R\$ 35 bilhões de seguro-desemprego, sendo que mais de R\$ 150 milhões foram restituídos pelos trabalhadores após constatação de pagamento em desacordo com a lei, afirmou Borges. "Estamos em um processo metodológico de implantações de novas formas de segurança", comentou.

Em seguida, o Secretário de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social do Tribunal de Contas da União (TCU), Fábio Barros, apresentou

auditoria realizada em 2012 pelo TCU, cujo objetivo foi "verificar a conformidade dos cruzamentos de dados efetuados pelo MTE no pagamento do benefício do Seguro-Desemprego, na modalidade trabalhador formal". Segundo Barros, em uma investigação de cinco meses foi possível descobrir cerca de R\$ 55 milhões de pagamentos indevidos do benefício, o que em um ano representaria gastos de R\$ 132 milhões.

O deputado Benjamin Maranhão criticou os pagamentos indevidos apresentados por Barros e a falta de controle dos dados cadastrais por parte da Receita Federal. "A auditoria encontrou 5671 pedidos de benefício com CPF inexistente na base da Receita Federal. Quatrocentos mil estão com dados diferentes do da Receita. É um descuido muito grande", afirmou. O presidente da CTASP destacou a grande rotatividade de trabalhadores em empregos, ressaltando que 43% são demitidos com menos de seis meses de trabalho. Indagou ao Ministro da Educação, que não estava presente, que medidas serão tomadas para resolver essa questão e para trazer mais programas de capacitação ao trabalhador.

Ministro da Previdência explica impactos de medida provisória

Foi aprovada, no dia 25 de março, proposta que obriga as empresas responsáveis pelos serviços de limpeza de ruas e coleta de lixo urbano a estabelecer um horário e um local específicos para que seus funcionários, inclusive os terceirizados, possam fazer a refeição de maneira adequada.

A medida está prevista no PL 5649/13, da deputada Erika Kokay (PT-DF), que acrescenta artigo à Lei das Licitações (Lei 8.666/93). O projeto recebeu parecer favorável do relator, deputado Vicentinho (PT/

SP). "Trata-se de dar dignidade a essa importante categoria profissional, além de promover tratamento isonômico a esses trabalhadores quando comparados a trabalhadores de outros segmentos", disse o relator. O benefício também será estendido aos que trabalham em serviços de poda de árvores e em outras atividades que são realizadas em condições semelhantes às dos coletores de lixo. A proposta ainda será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e Cidadania.

Taxa de inscrição em concurso será isenta para baixa renda

Foi aprovado, no dia 25 de março, o PL nº 3641/2008 de autoria do Senado Federal, que garante a dispensa do pagamento de taxa de inscrição para os candidatos a cargos ou empregos públicos que tenham renda familiar per capita inferior a um salário mínimo.

Foram apensados ao projeto diversos PLs que também tratam da isenção de taxas de inscrição em concursos públicos, como o PL nº 4509/2004, que isenta funcionários desempregados do pagamento. Outro PL apensado foi o de nº 5.971/2009, que isenta o doador de sangue do pagamento, dentre outros. O relator do projeto foi o Deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA), que ofereceu parecer favorável ao projeto principal nos termos do substitutivo apresentado. O PL 3641/2008 segue para CCJC.

Aprovada criação de cadastro nacional de servidores demitidos

Foi aprovado pela Comissão, no dia 25 de março, o PL 3287/2012, de autoria do deputado Zeca Dirceu (PT-PR). O projeto visa criar um cadastro de servidores com a "ficha suja", impedindo, assim, seu acesso ao serviço público.

Segundo o deputado, o projeto contribuirá com uma administração mais eficiente. "Sem um cadastro que concentre as informações sobre servidores demitidos, num País com as dimensões do Brasil, com mais de 5.500 municípios, não há como a autoridade pública averiguar se o pleiteante ao cargo público está com a ficha limpa", afirmou em 2012.

A relatora do Projeto, deputada Gorete Pereira (PR-CE), o apresentou em forma de substitutivo, mantendo o parecer pela aprovação apresentado em 2012 pelo deputado Giovani Cherini (PDT-RS), relator anterior. Segundo a proposta, todos os órgãos de administração pública terão acesso ao Cadastro, e a regulamentação da lei caberá ao Poder Executivo.

O Cadastro de Servidores Demitidos deverá conter as seguintes informações: identificação do ex-servidor, com número de CPF; justificativa da demissão, com cópia do processo administrativo e judicial, se houver; e a data da demissão. O Projeto de Lei segue para a CCJC, e depois seguirá para o Plenário.

Perfil do Parlamentar

Deputado Benjamin Maranhão



Benjamin Maranhão é formado em Odontologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e está em seu terceiro mandato como deputado federal pela Paraíba. É Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público desde 4 de março de 2015 e suplente da Comissão de Esporte. De acordo com o deputado, os trabalhos na CTASP serão pautados pela democracia, pelo diálogo aberto com trabalhadores, servidores públicos e setor produtivo.

Em seu primeiro mandato foi relator da Comissão Especial da Juventude, que elaborou o Plano Nacional de Juventude e deu origem ao Estatuto da Juventude. Na legislatura seguinte foi presidente da Comissão Especial que analisou o Piso Salarial dos Agentes Comunitários de Saúde.

Na Câmara dos Deputados, o parlamentar defende a realização de uma reforma política profunda, bem como a revisão do sistema tributário nacional. Benjamin tem seu trabalho direcionado para a defesa do trabalhador, da juventude e da população mais carente, buscando recursos e viabilizando projetos para garantir o bem estar e melhoria de vida dos brasileiros.

O parlamentar já foi autor de duas Propostas de Emenda à Constituição que foram transformados em Normas Jurídicas: as PEC 413 e 416, ambas de 2005.

Agenda

14/04

Audiência Pública: desemprego no Brasil

15/04

Reunião Deliberativa Ordinária

Informativo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Presidente: **Benjamin Maranhão** (SD/PB) | Texto e diagramação: Melina Fleury | Colaboração: Agência Câmara | Fotos: Agência Câmara | Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Anexo II, Pav. Térreo, Ala A, Sala 50 CEP: 70.160-900 Fone: (61) 3216-66805 | e-mail: ctasp.decom@camara.leg.br | Site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp>